

A REQUALIFICAÇÃO TERRITORIAL DO CEMITÉRIO DA SOLEDADE: BELÉM – PARÁ



<https://doi.org/10.56238/arev6n1-025>

Data de Submissão: 30/08/2024

Data de Publicação: 30/09/2024

Márcio Teixeira Bittencourt

Doutor em Gestão Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia
Núcleo de Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM
E-mail: marciobitten@gmail.com

Gilberto de Miranda Rocha

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo - Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia
Fundador do Núcleo de Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará
E-mail: gilrocha@ufpa.br

Marcos Pereira Magalhães

Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ – Pesquisador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural da Coordenação de Ciências Humanas
Museu Paraense Emílio Goeldi
Endereço: www.museu-goeldi.br

Paulo Roberto do Canto Lopes

Doutor em Arqueologia pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro /UFRJ (2016)
Pós-Doutorado em Gestão do Patrimônio Arqueológico pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (2022)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia
Universidade Federal do Pará - Campus Castanhal
Secretaria de Estado de Cultura do Pará
E-mail: paulocanto@gmail.com

Peter Mann de Toledo

Doutor em PhD In Geology (University of Colorado)
Pesquisador Titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE/MCT
Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia
Núcleo de Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará
Email: peter.toledo@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo é um dos produtos técnicos da pesquisa de tese doutoral intitulada “A regularização fundiária urbana e o acesso à justiça ambiental: a mediação na regularização fundiária urbana e ambiental no estado do Pará”. O objetivo foi construir o estudo de diagnóstico aplicando a metodologia proposta pela pesquisa ação, inserida na abordagem territorial do desenvolvimento. Utilizar de mediação técnica especializada para construir um diagnóstico de requalificação territorial, relacionando a Reurb e a prevenção dos desastres. O diagnóstico como ferramenta de gestão de uma obra complexa inserida no desafio da requalificação territorial. O antropoceno será apresentado na perspectiva temporal inclusive enquanto ferramenta metodológica. O recorte territorial é o Cemitério da Nossa Senhora da Soledade em Belém do Pará – patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Por fim são apresentados alguns resultados da dinâmica de acompanhamento da execução da obra de requalificação territorial com ênfase na salvaguarda do patrimônio histórico e arqueológico, abordando as duas vulnerabilidades em desastres ambientais, os alagamentos e o abandono de animais. Nas considerações finais são apresentadas algumas propostas para a construção de um plano de gestão.

Palavras-chave: Antropoceno. Mediação. Patrimônio Arqueológico. Reurb.

1 INTRODUÇÃO

Os cemitérios, urbanisticamente, seguem uma lógica territorial de afastamento dos centros urbanos, inclusive estimulada pelo Poder Público desde o século XVIII, sendo um marco a Lei Imperial nº 29, 11 de setembro de 1828 – Estruturação do Município, conforme veremos a seguir.

Na perspectiva territorial proposta pela pesquisa, o valor patrimonial imaterial de um cemitério é inestimável. Quando visualizado de forma coletiva, o local onde os seres humanos são sepultados é considerado um território sagrado. Os cemitérios apresentam exatamente o valor patrimonial imaterial que supera as escalas dos recursos naturais.

A pesquisa não considera correto vincular a Regularização Fundiária Urbana e Ambiental a financiamentos, mas sim a importância de preservação dos recursos territoriais locais. Por isso, a presente dinâmica teve como objetivo identificar as principais dificuldades em relação à requalificação territorial, qual seja: transformar um cemitério tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Processo nº 376-T 48, em um Cemitério Parque, sem descaracterização. Ou seja, torna-se imprescindível reconhecer que o território objeto do estudo de caso é de grande valor histórico, artístico e paisagístico - Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (IPHAN, 1948).

A pesquisa parte do pressuposto de que os patrimônios territoriais locais poderão ser materiais e imateriais. Da mesma forma, o grande diferencial de qualquer tipo de requalificação territorial é melhorar a qualidade territorial do ser humano, em especial dos moradores locais. O presente trabalho é um dos desdobramentos da Residência Ambiental junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi sendo um produto técnico a ser utilizado pela Secretaria de Estado de Cultura e demais parceiros que atuam na execução das obras e na gestão territorial. Apresentaremos a seguir a relação entre o patrimônio arqueológico encontrado no cemitério inserido no contexto da Pandemia da COVID-19 na lógica do antropoceno.

O Artigo 4º do Decreto Lei nº 25/1937 (Livro de Tombo Paisagístico), dispõe que as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. (BRASIL, 1937). Interessante mencionar, dentro da lógica do antropoceno, o contexto pandêmico no qual se encontrava o Cemitério da Nossa Senhora da Soledade – criado no ano de 1850 – que se aproxima muito do contexto atual da Pandemia da Covid-19. Conforme matérias jornalísticas publicadas em abril e maio de 2020: “Covid-19: Cemitérios em Belém estão superlotados e números de enterros não param de subir” e “Covid-19 lota hospitais e gera colapso funerário em Belém” (PONTES, 2020).

Ressalta-se que a Lei Imperial de Estruturação do Município, em 1828, iniciou uma política pública denominada de “higienização da morte”, reorganizando os espaços públicos das cidades, com a transferência dos sepultamentos para cemitérios afastados dos espaços urbanos (BRASIL, 1828). Por mais que a referida lei não traga referência expressa aos cemitérios, é importante transcrever que é o primeiro instrumento normativo brasileiro que regulamenta a concessão de serviços públicos essenciais a serem prestados por empresas particulares mediante contraprestação.

2 DESCRIÇÃO CRONOLÓGICA DO FATO E DOCUMENTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS NO PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 376-T 48 (IPHAN, 1948)

No ano de 1850 ocorreu a chegada da Barca Dinamarquesa “Pollux” e a Charrúa brasileira “Pernambucana”. Doentes pela Febre Amarela, mataram 12.000 (doze mil) pessoas em Belém. Em 6 meses, 516 pessoas morreram. Em decorrência disso passou a ser proibidos os sepultamentos dentro das igrejas. Mesmo com a resistência das determinadas classes denominadas como pessoas gradas e do clero o Poder Público determinou o cercamento do antigo Cemitério Público, situado na então denominada Rua de São Vicente de Fora.

A Inauguração do Cemitério Nossa Senhora da Soledade ocorreu em 8 de janeiro de 1850, com a benção oficial da Capela de Nossa Senhora da Soledade em 07 de julho. O Construtor da Capela foi Joaquim Vitorino de Sousa Cabral (Ordem de Senhor de Santo Cristo). O custo para a construção do Cemitério foi de 8 contos de réis e o Governo Provincial (Poder Público) arcou apenas com 600 mil réis. A Ordem Militar do Santo Cristo 2,5 contos de réis, pois prestou os serviços. A Câmara Municipal adquiriu, de Martinho de Freitas Noronha, 6 braças do terreno. Ficando definido que as irmandades poderiam comprar separadamente o terreno: 5 mil réis por braça. Aquisição de parte do terreno pelo Poder Público para conseguir fazer o cercamento. Dividido em quatro quartéis: 1 - Monumentos Particulares; 2 - Para catacumbas; 3 – Para sepulturas de pessoas livres; 4 - Para escravos. As Irmandades: Ordem da Santa Casa, Ordem Terceira do Carmo, Ordem Militar do Santo Cristo e Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

De 1946 a 1948: A Prefeitura Municipal tenta demolir o Cemitério para fins de loteamento e construção de casas. Em 1962: Arquivamento do Processo de Tombamento pelo IPHAN. Em 1963: Pedido de Reconsideração (Especulação Imobiliária). No dia 20 de dezembro de 1963: Parecer Favorável do IPHAN. Ofício nº 320 – Notificação nº 904: Tombamento do Conjunto Paisagístico Cemitério Nossa Senhora da Soledade, 27 de dezembro de 1963 (p. 69).

No Artigo 4º do Decreto Lei nº 25/1937 (Livro de Tombo Paisagístico):

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

[...]

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

[...]

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. (BRASIL, 1937)

Destaca-se que houve dificuldade em notificar o Prefeito Municipal de Belém sobre o tombamento. Ofício nº 79, de 27 de janeiro de 1964, recebido em 24 de fevereiro de 1964, conforme depreende-se da página 76, conforme descrevemos os seguintes documentos importantes do ano de 1970:

- Ofício 548/1970 – Comunicando os atos de vandalismo no Cemitério e preocupação com a imagem de Cristo na Capela de Nossa Senhora da Soledade. A imagem foi encaminhada para o Tribunal de Contas do Pará, condicionada a colocar uma réplica idêntica no local;
- Ofício nº 15/1970 – 30 de julho de 1970 – Santa Casa de Misericórdia (Instalação de Câmara Mortuária);
- Ofício da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 7 de outubro de 1970 – Sugerindo transformar em Cemitério Jardim. Ofício IPHAN nº 1001/1973 – Transformar o Cemitério em um Parque Público.

Ou seja, o projeto de requalificação territorial para transformar o Cemitério da Nossa Senhora da Soledade em um Parque Público, iniciou no ano de 1970, tendo iniciado de fato as obras apenas mais de 50 (cinquenta) anos depois.

3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EPIDEMIA DE CÓLERA 1850 E A PANDEMIA DA COVID-19

Após o estudo com a análise descritiva do PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 376-T 48 (IPHAN, 1948) pode ser evidenciada uma grande semelhança entre o que ocorreu no ano de 1850 em relação à epidemia de Cólera e a Pandemia da COVID-19

Além disso, ressalta-se o que dizem as autoras Kodama e Pimenta (2020): uma doença epidêmica pode não escolher classe social ou cor para atingir, mas ela não afeta a todos da mesma maneira. No artigo sobre as *Condições de vida e vulnerabilidades nas epidemias: da cólera no século 19 à Covid-19*, destaca-se que a epidemia de cólera iniciou em Belém.

Por sua vez, a epidemia de cólera foi um verdadeiro massacre para os escravizados, com muito mais ênfase para os que haviam nascido em solo africano. A chegada da terceira pandemia de cólera – que fora a primeira registrada no Brasil – afetou enormemente toda a população. Os marginalizados, incluindo estrangeiros imigrantes, escravizados e afrodescendentes em geral sofreram mais das calamidades geradas pela doença. Emblematicamente, seu início, registrado em Belém, foi associado a uma embarcação de imigrantes doentes vindos do Porto. (KODAMA; PIMENTA, 2020).

A situação complexa em relação aos sepultamentos continua sendo um problema atual, mesmo com a diminuição dos casos de mortes pela Pandemia da Covid-19. Nesse contexto, transcrevemos a matéria da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura de Belém (SEURB) intitulada *Gestão municipal planeja aumento de vagas nos cemitérios de Belém a curto e longo prazos*. (LOPES, 2023). A matéria de divulgação da SEURB sobre os planejamentos para o ano de 2023 destaca, ainda, a fala do Diretor de Necrópoles, Lucas Farias, em relação à regulação do serviço público, ou seja, o diretor alerta que o grande problema é a limpeza dos cemitérios. “Nos cemitérios públicos existe uma concessão aos usuários; com isso, a responsabilidade de manutenção das sepulturas cabe a quem tem este direito de uso. “Esses usuários têm que procurar os cemitérios para regularizar a concessão junto à administração e principalmente limpar o local”.

O patrimônio arqueológico encontrado – que é objeto da escavação – é aparentemente uma área de reposição de ossos de sepulturas que supostamente foram destruídas pela construção do antigo local que atendia aos feirantes, possivelmente uma “vala comum” onde foram enterrados, na mesma cova, vários cadáveres, provavelmente vítimas de febre amarela e *cholera morbus*.

As ossadas ainda não passaram pelo processo de datação, mas estima-se que seriam do início do século XX (1910). Ainda não há conclusões, no entanto, a hipótese inicial é a de que a sociedade belenense viveu um quadro pandêmico, com a necessidade de que fossem sepultados mais corpos do que haviam as respectivas sepulturas. Da mesma forma, o Cemitério da Soledade é constituído por

irmandades e pela grande beleza arquitetônica das suas sepulturas, indicando-se, também, que apenas as famílias de classe alta teriam condições de serem sepultadas no referido cemitério. Razão pela qual se supõe que as vítimas de cólera foram supostamente enterradas em valas comuns e coletivas. Importante registrar que não localizamos, junto ao processo de tombamento, o número de matrícula do imóvel. Diligenciamos verbalmente junto à SECULT, mas também não foi localizado.

No entanto, ao longo de muitos anos, o cemitério Nossa Senhora da Soledade foi alvo de vandalismo e sofreu com abandono. Em 20 de março de 2021, após uma vistoria técnica, a Defesa Civil Municipal interditou o espaço, que já apresentava riscos de queda do pórtico. A decisão de restaurar o local e transformá-lo em parque foi anunciada ainda em 2021, mas já havia uma determinação do IPHAN em relação à requalificação territorial desde a década de 70. Nos últimos anos, o Cemitério da Nossa Senhora da Soledade permaneceu em situação de abandono, o que levou à sua interdição pela defesa civil municipal de Belém no ano citado.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Dinâmicas nas obras Cemitério Parque com a participação de um ou dois representantes de cada uma das instituições que participam de forma direta ou indireta da obra. Importante ressaltar que o doutorando já cursou parte da Residência Ambiental junto às obras do Parque Cemitério. O objetivo é realizar a dinâmica para concluir o Relatório de Pesquisa e Mediação em Reurb com contribuições para o Plano de Gestão do Cemitério Parque da Soledade.

Cronograma de atividades – 12 de dezembro de 2022: Acolhimento/lista de presença: 08h30 às 09h00; Apresentações: 09h00 – dois representantes de cada instituição/empresa; Declaração de abertura: 09h15; 1ª Etapa da dinâmica – identificação das principais dificuldades, a execução e o cumprimento do cronograma da obra: cada um dos representantes apresentou três das principais dificuldades encontradas para a execução da obra (Complexidade). Objetivo: Identificação das principais assimetrias; 2ª Etapa da dinâmica – identificação dos patrimônios territoriais locais: cada um dos representantes apresentou três dos principais patrimônios territoriais locais na perspectiva do plano de gestão de um parque cemitério (requalificação territorial). Objetivo: identificação dos patrimônios territoriais locais; 3ª Etapa da dinâmica: visita guiada ao canteiro de obras com a identificação, inclusive com o registro fotográfico das assimetrias e dos patrimônios; 4ª Etapa – encerramento: resumo do que foi apresentado nas etapas, lanche coletivo e agradecimentos. Avaliação da dinâmica.

Participaram das atividades da dinâmica de pesquisa e mediação em Reurb, os representantes das seguintes instituições: SECULT, IPHAN, MPEG, Equipe de escavação Patrimônio Arqueológico,

representantes (encarregados) da empresa de engenharia executora das obras e, é claro, o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA).

Ao todo, 11 (onze) representantes das instituições participaram da dinâmica do início ao fim, sendo que todos assinaram a lista de presença. No momento da declaração de abertura, além dos dois encarregados da empresa de responsável pela execução das obras, todos os operários que estavam trabalhando naquele dia foram convidados a participar da declaração de abertura. Em seguida, foi servido o lanche coletivo.

Cada um dos participantes recebeu um roteiro para acompanhar as etapas da dinâmica. O objetivo do roteiro não é compilação de dados, mas sim uma ferramenta metodológica para facilitar a compreensão e fazer com que os participantes não percam o foco. Por outro lado, o roteiro também traz um item em relação à avaliação da dinâmica, todos os participantes avaliaram a dinâmica como satisfeitos ou muito satisfeitos.

Em relação às principais dificuldades no tocante à complexidade de obra, as sugestões contemplaram os seguintes pontos: maior participação da sociedade; necessidade das adequações das obras, por tratar-se de patrimônio arqueológico que estava sendo escavado (pesquisado) de forma concomitante; a necessidade de um plano de conservação arqueológico de caráter preventivo.

Foram recorrentes as manifestações de que a grande quantidade de chuvas, que alguns denominaram de dificuldades nas “condições climáticas”, era um dos fatores que mais complicavam a execução das obras. Por outro lado, de forma objetiva, a empresa prestadora do serviço de engenharia apresentava um grande obstáculo a ser superado, que é um ponto de alagamento, o qual apenas será solucionado após a permissão da conexão da estrutura de drenagem do Cemitério Parque com a rede de drenagem urbana municipal.

Assim, duas das vulnerabilidades objeto da pesquisa foram identificadas: os alagamentos e a necessidade de conectar a obra à rede de drenagem urbana municipal. Inclusive, conforme relatos, ocorreram reclamações dos moradores e feirantes, em especial os localizados na Travessa Dr. Moraes, de que estariam sendo atingidos pelos resíduos das obras durante as grandes chuvas. Da mesma forma, alguns dos participantes da dinâmica mencionaram que uma das principais dificuldades em relação à execução das obras era o abandono de animais, especialmente os gatos domésticos, e as fezes de animais.

Importante esclarecer que se uma gata está prenha, é porque não foi castrada. Em relação à cadela que foi abandonada no local das obras, foi adotada pelos operários, passando a ser chamada carinhosamente de “Soledade”. O Controle sanitário animal, em relação ao Cemitério Parque, será analisado em um diagnóstico específico. Importante ressaltar que, além dos gatos, os caramujos

Achatina fulica, nome científico do caramujo africano (INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2023), também estavam presentes durante as atividades da residência ambiental.

Em relação aos patrimônios territoriais locais, concernentes à requalificação territorial, com a transformação de um Cemitério abandonado em um Parque Cemitério como um dos pontos turísticos da capital do Estado do Pará, as contribuições foram muitas. Simplificando a requalificação para fins didáticos da dinâmica, apresentamos aos participantes o seguinte desafio em relação aos patrimônios territoriais locais: “O que faria com que você e a sua família se interessasse em visitar um Cemitério, inclusive com lendas de visagens e aparições?”. Ou seja, como transformar um território o qual algumas pessoas têm medo de frequentar e até mesmo consideram não ser salutar estar presente em um local onde estão sepultadas milhares de pessoas?

A fim de facilitar a dinâmica, passamos a apresentar aos participantes as mais variadas possibilidades de uso do território a ser requalificado como um Parque Cemitério, sempre considerando que o território é um cemitério e, ainda por cima, tombado pelo IPHAN: a) - Sugerimos o uso tanto da Capela de Nossa Senhora da Soledade quanto de outras partes do Parque Cemitério para casamentos ecumênicos, eventos comemorativos em geral e ensaios fotográficos em geral; b) - Eventos anuais relacionados aos Santos Populares, às Visagens e às famílias tradicionais de Belém. Semana dos Santos Populares do Parque Cemitério da Soledade, como as contações das histórias dos Santos e também das Visagens e lendas urbanas de Belém e do Cemitério em si, inclusive com a participação dos familiares; c) - Uso tradicional durante a semana de finados, com as celebrações das velas no período noturno (vigílias), semelhante ao Distrito de Porto Salvo, em Vigia, mas inserir as atividades do *Halloween*, ou Dia das Bruxas –celebração popular de culto aos mortos, comemorada anualmente no dia 31 de outubro; d) - Exposições e apresentações artísticas (musicais e teatrais), inclusive no período noturno, em especial durante o período que antecede o dia de finados; e) - Uso de um dos espaços do cemitério como uma fonte de desejos, no local, os visitantes poderiam despejar parte das cinzas de entes falecidos; f) - Escavação arqueológica permanente como uma exposição do patrimônio arqueológico amazônico, esclarecendo aos visitantes sobre a ocupação histórica milenar do território.

Importante ressaltar que independentemente de como será o Plano de Gestão do Parque Cemitério, a partir de então, não está mais vinculado apenas a uma religião. Ou seja, por mais que, na sua história, tenha pertencido à Santa Casa de Misericórdia e, por consequência, à Igreja Católica, como Parque Cemitério, ele precisa ser respeitado no âmbito do sincretismo religioso.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para fins de construir o Plano de Gestão do Cemitério Parque da Soledade, o que se propõe é a construção de um Comitê Gestor, com representantes técnicos das três esferas governamentais: SECULT, FUMBEL, IPHAN, Laboratório de Conservação e Restauro da Universidade Federal do Pará e do MPEG. As vagas do poder público seriam preenchidas por voluntariado e capacidade técnica.

Os servidores das respectivas instituições que quisessem participar do Comitê Gestor se candidatariam e, caso houvesse mais de um interessado, seria indicado quem tivesse melhor formação técnica ou experiência na gestão de patrimônio arqueológico. Seriam 9 (nove) vagas para o poder público, assim distribuídas: 3 (três) para o Município de Belém, com os respectivos suplentes; 3 (três) para a SECULT, com os respectivos suplentes; e 1 (uma) vaga para cada uma das instituições federais, com os respectivos suplentes.

Os nove representantes da sociedade civil organizada poderiam ser escolhidos dentro de conselhos participativos que já atuam na fiscalização de obras públicas, tais como o Programa *Tá Selado!*, Espaço de Participação Cidadã de Belém. O mandato é de um ano, prorrogável por mais um ano. O Comitê Gestor se reuniria pelo menos uma vez por mês no Cemitério Parque, especialmente para fins de acompanhar a execução do cronograma das obras e construir o Plano de Gestão.

Embora nem todos os convidados tenham participado da dinâmica, foi possível perceber a construção sistêmica, principalmente na declaração de abertura, com a participação de todos que trabalhavam nas obras. Por mais que apenas os dois encarregados tenham participado das atividades até o final, os operários se sentiram representados. Conforme informações dos participantes da dinâmica, seria a primeira vez que todos se reuniam em atividade coletiva, ou seja, simbolicamente foi possível a construção do sistema de justiça complexo.

Importante compreender, como base da ferramenta de gestão, que além do patrimônio paisagístico, artístico e histórico concernente à arte cemiterial, existe o patrimônio arqueológico. Partes das cerâmicas encontradas ainda não foram datadas, inclusive estão expostas na Capela da Nossa Senhora da Soledade, com a indicação de que podem ser dos caçadores coletores que viveram no território há mais de mil anos (MAGALHÃES, 2016). Assim, a proposta seria um trabalho de escavação arqueológica permanente, com a possibilidade de os visitantes assistirem aos trabalhos das escavações e compreenderem a importância da pesquisa e preservação do patrimônio arqueológico amazônico.

Além da importância artística, histórica e arquitetônica que justificaram o tombamento do Cemitério da Soledade pelo IPHAN, inaugurado no ano de 1850, destacamos o tombamento enquanto patrimônio arqueológico. Ou seja, durante as escavações das obras de requalificação territorial para

transformar o Cemitério em um Cemitério Parque, foram encontrados quatro momentos de ocupações territoriais quanto ao seu uso: ocupação indígena, ocupação colonial, ocupação cemiterial e a atual, conforme depreende-se do texto de exposição permanente instalada na Capela de Nossa Senhora da Soledade, situada dentro do Cemitério, denominada: *A pesquisa Arqueológica no Parque Soledade* (LOPES, 2022).

Assim, conforme a pesquisa coordenada por Lopes (2022), antes de ser um cemitério, o local foi ocupado por indígenas. Inclusive, foi identificada a terra preta arqueológica e alguns fragmentos de cerâmica supostamente indígena, que se encontram em exposição na Capela de Nossa Senhora da Soledade.

A pesquisa considera que o tombamento do Cemitério continua em vigor. O que está ocorrendo é a requalificação para o uso também como parque, conforme sugerido pelo próprio IPHAN, ainda na década de 70. O local onde os mortos estão enterrados é um local sagrado e a morte deverá ser respeitada, ou seja, em nenhum momento deixou de ser um cemitério. Para a pesquisa, o nome deveria ser Cemitério Parque Nossa Senhora da Soledade e todas as obras deveriam ser obras de restauração, e não de reforma. No entanto, entre ficar abandonado e ser reformado e ainda requalificado como um parque já é uma grande contribuição para a sociedade.

Para fins de obter parâmetros recentes, é importante o uso do trabalho da autora Rodrigues (2014): *Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA*, especialmente em relação aos santos populares para fins de restauração.

Em relação à matrícula do imóvel, torna-se importante ampliar as diligências para a localização. Caso não exista, é necessário requerer as certidões negativas junto aos Cartórios de Registros de Imóveis de Belém, elaborar o georreferenciamento do imóvel, com a apresentação de memorial descritivo que contenha as coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, intimar as fazendas públicas da União, do Estado e do Município de Belém.

Atualmente, quem está responsável pela execução das obras é o Poder Executivo do Estado do Pará, com construção de várias parcerias. Torna-se imprescindível regularizar o registro do imóvel, até mesmo para que o Comitê Gestor decida se a gestão será realizada pelo Poder Público ou por meio de uma concessão para a iniciativa privada.

Em relação aos felinos, a Superintendência do IPHAN, junto ao Rio de Janeiro, aprovou um projeto piloto que terá abrigos desmontáveis, laváveis, de baixa altura e de cor não contrastante com a vegetação pode se tornar referência para outros jardins históricos do país, em inédita parceria do IPHAN com outros órgãos. (DIÁRIO DO RIO, 2023). O diagnóstico da requalificação territorial do Parque Cemitério Soledade foi um sucesso. Presta-se agradecimentos a todos os participantes, em

especial à Secretaria de Estado de Cultura e ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Acreditamos que as instituições que participaram das dinâmicas poderão fazer um bom uso do produto técnico, inclusive em relação ao Comitê Gestor e o respectivo Plano de Gestão.

Por fim, importante ressaltar que a requalificação territorial do Parque Cemitério da Soledade está em uma segunda etapa, tendo sido inserido no PROJETO UMA NOITE NO MUSEU, em Julho de 2023: 3ª Edição do Projeto 'Uma Noite no Museu' tem novos espaços no circuito nesta sexta (4). Passeios são gratuitos e guiados a fim de ampliar e democratizar o acesso aos diversos equipamentos da Secretaria de Estado de Cultura do Pará. 04/08/2023. (SECULT, 2023), alinhando-se às propostas apresentadas nas dinâmicas de requalificação territorial.

AGRADECIMENTOS

Parque Cemitério Soledade - Secretaria de Estado de Cultura do Pará; Museu Paraense Emílio Goeldi - Laboratório de Restauração Arqueologia; Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará; Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a empresa de Engenharia Executora das Obras e todos os seus operários.

REFERÊNCIAS

ALECAR, ALESANDRE. Projeto ‘Uma Noite no Museu’ presenteia o público com acervos da história do Pará, publicado em 02 de setembro de 2023, disponível em <https://romanews.com.br/cidades/projeto-uma-noite-no-museu-presenteia-o-publico-com-acervos-da-historia-do-para/>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Lei de 29 de agosto de 1828. Estabelece regras para a construção das obras públicas, que tiverem por objeto a navegação de rios, abertura de canaes, edificação de estradas, pontes, calcadas ou aquedutos. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-8-1828.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

DIÁRIO DO RIO. Iphan projeta inovação para proteger os gatos do Campo de Santana. Disponível em: <https://diariodorio.com/iphan-projeta-inovacao-para-protoger-os-gatos-do-campo-de-santana/>. Acesso em: mar. 2023.

ESPAÇO de participação cidadã de Belém. Tá Selado!: A Plataforma de participação popular que reúne governo e moradores de Belém para juntos apresentar e avaliar propostas prioritárias que irão orientar a gestão da cidade. Tá Selado, Espaço de Participação Cidadã de Belém, Belém, 2021. Disponível em: <https://decide.belem.pa.gov.br/processes/espacos-participacao-cidada>. Acesso em: 19 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Livros do tombo. Brasília, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 31 maio 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Processo nº 376-T 48. Processo digitalizado de tombamento. Brasília, 1948. Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/2789?discover?rpp=10&etal=0&query=be1%C3%A9m+cemit%C3%A9rio&filtertype_0=spatial&filter_relational_operator_0=equals&filter_0=Bel%C3%A9m%2C+Par%C3%A1+%28PA%29. Acesso em: 12 dez. 2022.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ (IOC). Como combater a infestação por caramujo africano? Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/como-combater-infestacao-por-caramujo-africano>. Acesso em: 19 mar. 2023.

KODAMA, K.; PIMENTA, T. S. Condições de vida e vulnerabilidades nas epidemias: do cólera no século 19 à Covid-19. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1794-condicoes-de-vida-e-vulnerabilidades-nas-epidemias-do-colera-no-seculo-19-a-covid-19.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.

LOPES, F. Gestão municipal planeja aumento de vagas nos cemitérios de Belém a curto e longo prazos. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2023. Disponível em: <https://seurb.belem.pa.gov.br/gestao-municipal-planeja-aumento-de-vagas-nos-cemiterios-de-belem-a-curto-e-longo-prazos/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LOPES, P. R. C. A pesquisa arqueológica no Parque Soledade. Exposição permanente na Capela de Nossa Senhora da Soledade. 2023.

MAGALHÃES, M. P. Amazônia Antropogênica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. 429 p.

NUNES, E. Defesa Civil de Belém interdita cemitério da Soledade. Belém: Rede Pará, 2021. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/219239/defesa-civil-de-belem-interdita-cemiterio-da-soledade>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE. Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. II CONGRESSO AMAZÔNIAS: AMBIENTES, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO – COAM Mudanças climáticas e resiliências amazônicas 4, 5 e 6 de setembro de 2023 Belém – Pará – Brasil. Disponível em <https://www.even3.com.br/anais/ii-coam/693648-diagnostico-de-requalificacao-territorial--cemiterio-da-soledade---belem---para/>.

PONTES, N. Covid-19 lota hospitais e gera colapso funerário em Belém. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/covid-19-lota-hospitais-e-gera-colapso-funer%C3%A1rio-em-bel%C3%A9m/a-53278521>. Acesso em: 9 jan. 2023.

RODRIGUES, P. A. C. Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/493>. Acesso em: 5 maio 2022.

SOEIRO, J. Governo do Pará entrega primeira fase do Parque Cemitério da Soledade. Agência Pará, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/40689/governo-do-para-entrega-primeira-fase-do-parque-cemiterio-da-soledade>. Acesso em: mar. 2023.

SECULT. Secretaria de Estado de Cultura do Pará. Edição do Projeto Uma Noite no Museu (disponível em <https://www.secult.pa.gov.br/noticia/1635/3-edicao-do-projeto-uma-noite-no-museu-tem-novos-espacos-no-circuito-nesta-sexta-4>)